



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 5636/989/19
Poder LEGISLATIVO
Município Valinhos
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
Período 12/2019
Relator Dra. Cristiana de Castro Moraes
Unidade Fiscalizadora UR-03 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS
Responsável Dalva Dias da Silva Berto
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 079.675.468-30
Período de Gestão 01/01/2019 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções N° 02/2016 e na Ordem de Serviço SDG 01/2017, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS	R\$ 256.672,15	R\$ 801.539,00
------------------------------	----------------	----------------

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS	R\$ 1.141.477,81	R\$ 888.219,39	R\$ 135.546,13

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS	R\$ 240.244,85	R\$ 935.678,59	R\$ 529.105,99

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2018	R\$ 14.669.723,56	R\$ 495.680.750,47	2,9595%	6,0000%
4/2019	R\$ 14.614.664,86	R\$ 517.554.810,93	2,8238%	6,0000%
8/2019	R\$ 14.782.367,75	R\$ 525.081.238,88	2,8153%	6,0000%
12/2019	R\$ 14.680.461,57	R\$ 557.711.473,13	2,6323%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2019	R\$ 14.456.059,01	R\$ 518.020.889,93	2,7906%	2,7906%
7/2019	R\$ 14.444.832,11	R\$ 522.349.474,53	2,7654%	2,7906%
8/2019	R\$ 14.782.367,75	R\$ 525.081.238,88	2,8153%	2,7906%
9/2019	R\$ 14.683.755,63	R\$ 529.382.877,64	2,7737%	2,7906%

10/2019	R\$ 14.714.543,02	R\$ 537.408.086,71	2,7381%	2,7906%
11/2019	R\$ 14.751.317,94	R\$ 543.839.957,31	2,7124%	2,7906%
12/2019	R\$ 14.680.461,57	R\$ 557.711.473,13	2,6323%	2,7906%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2019, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,6323%, não sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2019, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco". Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2019, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 2.227.858,91
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 486,40
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 174.083,53
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 2.053.288,98
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 1.835.336,78
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 240.244,85
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 1.595.091,93
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-22,3153%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar		R\$	R\$	

Processados	R\$ 256.672,15	240.244,85	256.672,15	R\$ 240.244,85
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 801.539,00	R\$ 901.232,96	R\$ 767.093,37	R\$ 935.678,59
Consignações	R\$ 447.563,12	R\$ 3.515.856,03	R\$ 3.651.280,43	R\$ 312.138,72
Depósitos	R\$ 758,51	R\$ 73.914,15	R\$ 74.237,20	R\$ 435,46
Outros	R\$ 1.755.963,51	R\$ 19.518.021,73	R\$ 18.598.876,08	R\$ 2.675.109,16
Total	R\$ 3.262.496,29	R\$ 24.249.269,72	R\$ 23.348.159,23	R\$ 4.163.606,78

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 59,99%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasso total da Prefeitura	R\$ 20.400.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 674.488,11
Despesas com folha de pagamento	R\$ 12.508.166,06
Despesa com folha/Transferências realizadas	59,99%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 379.714.374,89
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 391.702.783,68
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 1.406.220,00
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite (sem CIP)	0,37%
Apuração do limite (com CIP)	0,36%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,36%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	124024
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 379.714.374,89
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 391.702.783,68
Percentual Máximo Permitido	6,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 23.502.167,02
Total de Despesas do exercício	R\$ 16.847.909,64
Percentual Apurado (sem CIP)	4,44%
Percentual Apurado (com CIP)	4,30%

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 4,30%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 14/02/2020
Hora da Geração: 23:18:34